

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,  
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2012:** \_\_\_\_\_

---Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano dois mil e doze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Manuel Fernando Torres Arezes, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada Armando Luís Lopes Martins, em substituição de Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,  
Manuel Enes de Abreu,  
Berta Filipa Gonçalves Viana,  
António Maranhão Peixoto,  
Ana Margarida Ferreira Morgado,  
Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva,  
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,  
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,  
Georgete Maria Loureiro Viana da Cruz,  
Miguel de Almeida Moreira,  
Zélia Susete Rosas Fernandes,  
José Salvador Pereira Torres Ribeiro,  
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,  
Maria Adriana Brochado da Cruz Novo em subst. de Orlando Rua,  
Gorete Maria Coutinho da Costa Silva,  
António Manuel Meira da Cruz Queirós  
Maria Isabel Fernandes Dias,  
Paulo Alexandre Saleiro Torres em subst. de António Viana da Cruz,  
Manuel Barros Lopes,  
Manuel Fernando Lima Meira Torres,  
Mário Ferreira Fernandes,  
José Eduardo de Sousa Felgueiras,  
Luís António Sequeira Peixoto,  
António Vendeiro Catarino,  
José Henrique Laranjeira Brito,  
António Martins Neves,  
José Augusto Azevedo Sousa,  
António Manuel Amorim dos Santos,  
Aurélio Mariz Neiva,  
Jorge Manuel Neto Filipe,  
Joaquim Carvalho Rosmaninho e  
António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo vinte e uma horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o

funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos senhores Vereadores:

Jaquelina Casado Afonso Areias,  
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,  
Maria Raquel Morais Gomes do Vale,  
Rui Manuel Martins Pereira e  
Hersília Manuela Sousa Neves Brás Marques.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:  
António Fernando Couto dos Santos e  
Bibiana Secundina Dias Oliveira.

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

#### **01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

Intervenção Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção se transcreve:

*“Há um ano que o PSD foi escolhido pelos portugueses para governar Portugal. Por força dos resultados e para que fosse criado um governo com maioria parlamentar escolheu o CDS-PP como parceiro de coligação e ambos têm procurado envidar esforços para recuperar o país de uma crise. Foi, não tenhamos dúvidas, o alto sentido de estado que levou a que assumissem responsabilidades num dos períodos mais difíceis dos últimos 38 anos de vida democrática de Portugal. O nosso país atirado para uma situação insustentável, pressionado por compromissos financeiros e sujeito a grandes medidas de contenção propostas por um Plano de Recuperação reconhecido, então, como urgente e necessário e pelo PS, PSD, e CDS-PP.*

*Esta situação obrigou, naturalmente, a que fossem implementadas medidas impopulares, passíveis de alguma contestação social. Qualquer um destes partidos, que enformam o governo, tinha plena consciência de que só assim haveria hipótese de reequilibrar as contas públicas e de devolver a credibilidade de Portugal na Europa e no Mundo. Era urgente por a economia a funcionar e dar sinais ao exterior de que em momentos tão difíceis como este, éramos capazes de nos reorganizar de levar a efeitos profundas alterações estruturais e olharmos o futuro com esperança.*

*Era urgente abandonar as políticas viradas para projectos megalómanos, para o governo do faz de conta e da demagogia, do despesismo desenfreado e incontrolável, das negociatas e dos vícios instalados. Era necessário mudar de rumo e fazer de Portugal um país mais competitivo e justo.*

*O PSD sabia que não ia, nem vai ser fácil. É um caminho penoso para todos nós mas temos consciência de que a situação de bancarrota em que nos encontrámos era extremamente*

*perigosa.*

*Como já dissemos perspectivava-se um ano de governo com muitas incompreensões. As medidas encetadas, porque duras, foram contestadas por alguns sectores da população e até nós, dentro do PSD, mostramos alguns descontentamentos e até, publicamente, nos afirmamos contra algumas delas – é assim a vida democrática. É claro que, no geral, todos estamos cientes de que muitas das reformas tinham que ser implementadas e, desde logo, na redução de despesas do estado. Nesta área houve importantes mudanças que aplaudimos e que reflectem no próprio Orçamento de Estado de 2012. Referimo-nos, por exemplo, à significativa redução de inúmeros cargos dirigentes que nada significavam para a eficácia dos próprios serviços. Legislou-se, e bem, no sentido de moralizar as Empresas Municipais que, com anteriores governos, nasceram como cogumelos na floresta.*

*Reformularam-se quadros em vários organismos do poder central e passou-se a exigir dos seus dirigentes uma responsabilidade, penalizando-os financeira e criminalmente, por má gestão da coisa pública; Vemos, com agrado, a introdução de sobretaxas solidárias sobre altos rendimentos de pessoas e empresas que variam entre 2.5 e os 5 pontos percentuais; É bom saber que em termos de apoio os subsídios de desemprego, de doença e o abono de família ficaram fora os rendimentos a incluir em sede de IRS; É bom saber que as IPSS continuam isentas de IRC.*

*É claro que também foram implementadas outras medidas sobre as quais temos algumas dúvidas sobre o seu verdadeiro alcance social e, sobre essas, estaremos atentos e exigiremos explicações sobre a sua aplicabilidade.*

*Temos algumas dúvidas sobre a Reforma da Saúde e a forma como está a ser conduzida.*

*Não é fácil aceitar que se fundamente unicamente por questões de ordem económica, pondo de lado pessoas e, muitas vezes, o seu próprio bem-estar. Não temos dúvidas que este sector precisava e precisa de uma reforma estrutural. Não são aceitáveis alguns dos vícios que enfermam o próprio Serviço Nacional de Saúde. Todos os dias, e hoje em especial, não são dados a conhecer verdadeiros disparates que viciam o verdadeiro sentido da Saúde Pública. É urgente rentabilizar os meios, dar eficácia ao sistema, reorganiza-lo e reestruturá-lo mas tendo sempre em vista a qualidade de saúde que se presta ao cidadão.*

*Controlar despesas nesta área não implica, necessariamente, acabar com os serviços, onerar em demasia o utente, ou mesmo retirar ao clínico a responsabilidade do seu acto médico. Reorganizar e rever o sistema de saúde é, por exemplo, procurar saber porque razão o Serviço Nacional de Saúde tem 11.548.325 inscritos quando a população portuguesa é de 10.143.600 habitantes.*

*Ao longo deste primeiro ano de governo foram, de facto, encetadas algumas reformas estruturais de grande valia que aplaudimos e felicitamos o governo de Pedro Passos Coelho pela coragem na sua implementação. Há, no entanto, outras que não merecem a nossa inteira concordância. Referimo-nos, como bem sabem, à Reforma da Administração Local.*

*Continuamos a defender que o Poder Local combate a distância e aproxima o serviço público dos cidadãos e nunca, como alguns governantes teimam em dizer, que aquilo que nos dias de hoje aproxima aquele, destes, são as auto-estradas, os aviões, o telefone e a internet. Só pensa assim quem não conhece verdadeiramente o país real. Só afirma isso quem não vive com paixão a sua terra e só acredita na racionalidade das coisas. Esperemos a Reforma Eleitoral seja ponderada, discutida com seriedade e que tenha no poder local parceiros de diálogo e se atente à sua experiência no terreno.*

*O aumento do desemprego é outra das chagas que urge combater com todas as energias. É*

*preocupante o número elevado de desempregados entre os jovens. Estamos confiantes que as novas medidas propostas por este governo e que integram o Programa Estímulo 2012, irão inverter este ciclo.*

*Em momento de balanço de um ano de governo as expectativas são encorajadoras no entanto ainda vemos alguns escolhos no caminho que são necessários retirar e, para isso, queremos continuar a acreditar que o Governo de Pedro Passos Coelho trará, de novo, Portugal para a senda do desenvolvimento sustentado e lhe reporá os índices de credibilidade que outros danosamente lhe retiraram.”*

Interveio seguidamente Manuel Enes, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

*“Decorrido que está o primeiro ano de governo da coligação PSD-CDS, fazendo a avaliação desse tempo, constata-se hoje que o país e os portugueses estão mais pobres, cresceram as desigualdades, aumentou a mão-de-obra barata, e o resultado foi: os melhores a fugirem de Portugal.*

*Ora, tal como ao país, também Esposende, os munícipes deste concelho estão mais pobres, assistimos durante este mesmo ano, a umas dezenas de lojas de comércio e pequenas empresas familiares, - mas que garantiam o rendimento de muitas famílias – a fecharem, vemos hoje edifícios que outrora davam trabalho a muitas pessoas, convertidos em mega armazéns de comércio de produtos com proveniência do Oriente e da Ásia.*

*Em Esposende já não há onde ganhar dinheiro, e as muitas placas de “vende-se” que vemos em muitas janelas de habitações nesta cidade como também um pouco por todo o concelho é o sinal de que as pessoas estão a partir de Esposende.*

*Em 2010, só na construção civil em Portugal empregava masi de 600 mil pessoas, em 2011, já só trabalhavam 450 mil e no final deste ano, estima-se que apenas 250 mil terão emprego nesta actividade.*

*Ora sabemos o quanto este sector era importante no concelho, e que aconteceu a esta gente? Famílias inteiras, umas emigraram outras foram à procura de novas oportunidades de emprego que Esposende já não oferece, que a Câmara também responsabilidade, há muito percebemos não encontra meios para inverter esta situação e onde bem podia fazer mais, ex:  
- Sendo Esposende uma terra com invulgares características para Turismo, apesar disso, em 2011 apenas reservou para sector de actividade 34.500 euros e em 2012 melhorou é certo, mas apenas também se ficou por uns míseros 261.000 euros, isto, em Orçamentos que rondaram os 20 milhões de euros em cada ano.*

*Valores residuais e insignificantes foram aqueles o que o Executivo Municipal destinou ao Turismo, a este sector de actividade, que é urgente desenvolver e sobretudo a pedir uma especial atenção por parte do Executivo se ainda queremos ir a tempo de constarmos no mapa de roteiros de férias do país e do estrangeiro.*

*Por preocupação, deixo este desafio ao Executivo, para aquando da preparação do próximo Orçamento para 2013, dê efectivamente mais atenção aquilo que verdadeiramente pode criar mais emprego no concelho e riqueza ao Município, reveja as suas opções, deixando para mais tarde investimentos que podem esperar, e dê prioridade àqueles que são essenciais para a vinda e fixação de pessoas em Esposende.*

*Sejamos realistas, as pessoas não ficam em Esposende por existir uma Avenida bonita ou muitas festas de Verão, elas optam, isso sim, pelos lugares que lhes garantam trabalho,*

*habitação, saúde e educação, e em todos eles há muito a fazer em Esposende.*

*Mas isto não chega, Esposende não poderá no futuro ser apenas conhecida como a terra dos “metrosideros”, porque se ambicionarmos mais para este concelho, vai haver necessidade também de criar um regime de incentivos para as empresas que queiram investir em Esposende e criem novos postos de trabalho.*

*- Vai haver necessidade de dar incentivos aos jovens que optem por adquirir casa para habitação permanente em Esposende.*

*- Como vai haver necessidade de uma nova política de reabilitação urbana, capaz de minorar a crise da construção civil, manter postos de trabalho e fixar as pessoas na cidade, com todas as vantagens que daí advêm.*

*Embora nos últimos 10 anos, isto, segundo os Censos de 2011, Esposende seja dos poucos concelhos do distrito de Braga que ganhou população, não podemos fingir que tudo naturalmente se resolve, porque se hoje fizéssemos essa mesma estatística, com certeza que a realidade já era outra e bem diferente para pior.*

*Caros munícipes, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores vereadores, muito há ainda a fazer no nosso concelho, e essa tarefa cabe a cada um de nós, mais aos aqui presentes e com responsabilidades políticas, mas para isso, tem igualmente que haver receptividade democrática para aceitar as contribuições de quem quer participar neste projecto.”*

Seguidamente e continuando a sua intervenção colocou algumas questões ao senhor Vice-Presidente e cuja intervenção se transcreve:

*“Em 5 de Janeiro de 2012, a Câmara Municipal de Esposende aprovou, com os votos contra dos vereadores do PS e do CDS uma proposta de alteração aos artigos 20.º e 30.º do Regulamento do Plano Director Municipal.*

*Como se pôde ler na fundamentação dessa proposta, foi considerado que este procedimento de alteração não estava sujeito a avaliação ambiental, tendo sido fixado um período de quinze dias para discussão pública.*

*Esta proposta foi, assim, apresentada como o procedimento mais expedito porque, nas palavras do senhor Vice-Presidente da Câmara, que a apresentou e defendeu, “pese embora esteja em fase de conclusão o processo de revisão do Plano Director Municipal, perante a burocracia e morosidade que o mesmo implica, não pode a autarquia deixar de avançar com as presentes alterações.”.*

*Perante esta urgência – invocada pelo próprio proponente – porque razão é que, passados quase seis meses, esta proposta de alteração do Regulamento do PDM não teve o seguimento lógico, que seria a sua discussão e votação em reunião desta Assembleia Municipal?*

*Ainda a este propósito, quando é que os cidadãos e os Partidos Políticos vão conhecer a proposta final de revisão do Plano Director Municipal?*

*Em Julho de 2008 foi aprovado pelos Órgãos Municipais o início do procedimento para a elaboração do Plano de Pormenor da Zona Empresarial de Vila Chã/Forjães.*

*Na mesma ocasião foram igualmente aprovadas medidas preventivas destinadas a salvaguardar o cumprimento do Plano enquanto era elaborado.*

*Entretanto, nada se passou, e as ditas medidas preventivas caducaram.*

*Em Outubro de 2011, o Vereador do Partido Socialista na Câmara Municipal de Esposende questionou-o sobre estes factos.*

*Na resposta, o senhor Presidente da Câmara replicou que, e passo a citar a acta dessa*

*reunião: esse plano “ está a ser executado pelos técnicos da Câmara mas que, segundo indicação dos serviços, o mesmo se encontra praticamente concluído e em condições de ser colocado em sede de audição pública”.*

*Passaram quase 9 meses sobre esta informação.*

*Assim, pergunto-lhe: Que explicação é que dá para esta demora na apresentação para discussão e votação do Plano de Pormenor da Zona Empresarial de Vila Chã/Forjães, sendo certo que se trata de um Plano e, portanto, o único investimento que está aqui em causa é o do tempo dispendido pelos técnicos que estão a elaborá-lo?*

*Numa pergunta que lhe dirigi, em 26 de Outubro de 2011, chamei a atenção para os condicionamentos à circulação de pesados na “Ponte do Fulão”, sita na Vila de Forjães, que perturbam os transportes escolares e a actividade profissional da população servida por esse atravessamento.*

*Na ocasião, respondeu, e passo a citar: “até ao final do mês de Outubro, haverá condições para que se iniciem os trabalhos”, conforme se pode ler na acta dessa reunião.*

*Entretanto passou Outubro, Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho está quase a acabar. Nove meses, portanto.*

*Que explicação é que dá a esta Assembleia e à população de Forjães para esta sua garantia não tenha sido cumprida quando, nestes meses, se iniciaram e já estão em fase de quase conclusão obras menos urgentes?”*

Seguidamente interveio Maranhão Peixoto, do Grupo Político do PSD, apresentando uma Proposta que se transcreve:

Proposta para a abolição imediata das portagens na A28.

*“Repetidas vezes temos contestado a introdução de portagens numa pseudo SCUT e auto-estrada baptizada de A28. Recentemente solicitamos, no mínimo, o prolongamento das isenções para residentes além do prazo prescrito na lei.*

*Os entraves levantados à actividade económica, os elevados prejuízos directos e indirectos inerentes à dinâmica empresarial, o forte contributo no índice de desemprego, o constrangimento e a insegurança na circulação de pessoas e bens e o afastamento da atractivamente à fixação no nosso município, são mais do que razões, de justa e legítima cidadania, para reivindicarmos o fim das portagens na A28.*

*A introdução de portagens, medida assente em estudos de duvidosa justificação, tal como prevíamos, não se revelou uma mais valia ou um segmento para a resolução do problema, pelo contrário, alargou o arco de influência negativa. O “inferno” quotidiano vivido na Estrada Nacional 13 agudizou-se ultimamente com as obras de correcção e reposição do pavimento e, a continuarem como previsível nas próximas semanas, aumentará o caos rodoviário nas próximas semanas com o natural aumento de tráfego na época de veraneio.*

*Por mais crises que inventem e teses mal acavacadas para sacar impostos, não poderemos jamais compactuar com o retrocesso, no mínimo exige-se o progresso construído. Pois, na actualidade, e convém esclarecer, o trânsito não está a ser desviado da A28 para a Estrada Nacional 13, esta é que passou a ser a única alternativa à A28 depois da introdução de portagens, sendo certo que nos últimos e próximos dias jamais o será.*

*Assim propomos a abolição imediata das portagens na A28 e que desta pretensão seja dado conhecimento aos respectivos órgãos tutelares.”*

Continuando a sua intervenção apresentou um Voto de Pesar que se transcreve:

Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Manuel Pereira da Costa, sogro do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gandra.

*“Apresentamos um Voto de Pesar pelo recente falecimento do senhor Manuel Pereira da Costa, sogro do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gandra, António Neves. Solicitamos que do mesmo seja dado conhecimento à família.”*

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, cuja intervenção se transcreve:

*“Há pouco mais de uma ano, vários dirigentes nacionais e locais do PSD e do CDS desdobravam-se em acções de campanha eleitoral, prometendo um mundo novo, um país mais igual, mais próspero e mais desenvolvido.*

*Passos Coelho, então líder do PSD, e em plena caça ao voto, insurgia-se contra o corte nos salários e o aumento de impostos.*

*Paulo Portas percorria as feiras e mercados a defender os lavradores, os reformados, as gentes de baixos recursos...*

*Por cá, em Esposende, João Cepa abraçado a Passos Coelho falava deste, apresentando-o como o homem bom, o salvador da pátria, o único capaz de dar a volta a isto.*

*Penteado Neiva, líder da bancada “laranja” nesta Assembleia e, então, candidato do PSD À Assembleia da República, desdobrava-se a visitar unidades de saúde concelhias, e outras instituições, prometendo, às gentes de Esposende, dias airosos.*

*Por seu turno, os dirigentes locais do CDS faziam crer ao Povo de Esposende que uma votação forte no Partido permitiria rasgar um novo rumo para Portugal e para o nosso concelho.*

*E assim, estes partidos de direita fizeram a sua campanha, como sempre, pejudadas de falsas promessas.*

*E através dessas falsas promessas ganharam as eleições.*

*Na sequência dos resultados eleitorais, e fiéis ao seu código genético, O PSD e o CDS formaram a actual coligação governativa, irmanados em torno de uma cartilha neoliberal, alinhada, na sua plenitude, com os princípios e medidas terroristas que enformam o Pacto de Agressão, gizado pela Tróica estrangeira e aceite, numa atitude antipatriótica, pelo PS, com o beneplácito do PSD e do CDS/PP.*

*Passado um ano, quer da entrada em funções do Governo PSD/CDS-PP, quer do inicio de vigência do Pacto de Agressão, resta-nos, em jeito de balanço, um saldo negro de políticas seguidas, onde o Governo ousa avançar e é mais um pedaço do nosso país que fica em cacos.*

*Efectivamente, um ano depois vemos o nosso país mergulhado numa profunda recessão económica, onde o desemprego emerge como um dos elementos mais visíveis, atingindo um milhão e duzentos mil desempregados, dos quais cerca de oitocentos mil não recebe qualquer subsídio de desemprego.*

*Um ano de governação PSD/CDS-PP, marcado por brutais aumentos dos bens e serviços de primeira necessidade, sendo de destacar o aumento da electricidade, do gás, dos transportes e outros...*

*Um ano volvido, temos a marca criminosa do confisco, aos trabalhadores da administração pública, dos seus vencimentos e roubo dos seus subsídios de férias e de natal. Esbulho, ainda, pela via do aumento dos impostos, levando à falência de milhares de micro, pequenas e médias empresas.*

*Hoje, temos aí uma realidade triste, um tempo duro feito de sofrimento. Uma realidade que nos mostra um país mais endividado, com as contas públicas desequilibradas, onde a exploração e o empobrecimento de largas franjas da população aumentam de forma vertiginosa. Hoje temos um governo com políticas desumanas e criminosas. Políticas que atentam contra os mais elementares direitos, como o direito a uma vida com dignidade. De facto assim é. Atente-se, como mero exemplo, na situação das nossas crianças e jovens. Hoje, como nos tempos mais negros do nosso país, as crianças e jovens passam fome, aquela fome dura, pura e verdadeira! Crianças cada vez mais desprotegidas e abandonadas por um Governo que, negando-lhes os seus mais elementares direitos ao crescimento e desenvolvimento, hipocritamente, lhes dá “o lanche ou a sopinha dos pobres”.*

*O mesmo se passa com os nossos idosos, aqueles que derreteram as suas forças de trabalho ao longo das suas vidas e que, agora, este Governo, com políticas criminosas, descarta, deixando-os entregues à sua sorte, nos labirintos esconsos da solidão, até finarem num beco negro das suas amarguras.*

*Um ano volvido, temos em vigor uma verdadeira lei da selva no mercado de trabalho, com a alteração das leis laborais que a maioria PSD/CDS aprovou, porquanto contou com a promulgação do Presidente da República, numa atitude de desrespeito ostensivo pela Constituição da República Portuguesa que Cavaco e Silva jurou cumprir e fazer cumprir.*

*Um ano volvido, este governo aprofunda o ataque aos serviços públicos, nas áreas da educação, da saúde, dos apoios sociais, da justiça...*

*Um ano depois, temos, do mesmo passo, um ataque ao poder local democrático, através de uma reforma administrativa que, ao propor, agora, a extinção, fusão, agregação de freguesias e, mais tarde, de municípios, constitui um ultraje para os milhares de autarcas que têm dado um inestimável contributo para o desenvolvimento das suas terras.*

*Dirão, como habitualmente fazem, as senhoras Deputadas e senhores Deputados do PSD e do CDS, com assento nesta Assembleia Municipal, que este discurso não faz sentido aqui, pois, nesta casa apenas se devem abordar assuntos que digam respeito a Esposende.*

*Debalde! Por cá, como baionetas afiadas e espadas cortantes, as políticas de direita do PSD/CDS-PP lançam no desespero centenas de Esposendenses, retirando-lhes o direito de viver com dignidade.*

*Como no resto do país, por cá definha o comércio e a nossa indústria. O desemprego aumenta e, na mesma proporcionalidade, cresce o trabalho quase escravo. Sim, trabalho precário, sem direitos, quase escravo, sendo de destacar grandes hipermercados que, no nosso concelho, pagam a jovens com o 11.º, 12.º e, até com habilitações académicas, 2,5 euros à hora, numa jornada de trabalho que, raramente, ultrapassa as 2 horas/2,5 horas e, segundo o argumentário dos exploradores/empregadores/empresários sem escrúpulos, assim acontece para evitar o desemprego e, por esta via, repartirem o trabalho, quase escravo, por mais jovens explorados/escravizados! Tudo isto envolto numa grande dose de chantagem, traduzida na ameaça: ou aceitas ou há uma grande fila de jovens para o teu lugar, bem como o discurso das inevitabilidades: o país está mal, o trabalho já não é para toda a vida, o que interessa é trabalhar, nem que seja sem direitos e por uns míseros euros!*

*Vemos, ainda, no nosso concelho, centenas de Esposendenses, por vezes famílias inteiras, que,*



*tal como nos pretéritos anos 60, emigram na busca de melhores condições de vida.*

*É esta realidade cruel que nos aparece como resultado das políticas levadas a efeito pelo Governo PSD/CDS-PP, na senda, de resto das políticas que vinham sendo desenvolvidas pelo PS.*

*E, ao mesmo tempo que vemos esta realidade tão dura, observamos uma classe possidente, os verdadeiros responsáveis pelos problemas do país, a quem não são pedidos sacrifícios, a continuarem a encher os seus bolsos com os milhares de milhões negados à economia, a concentrarem e a aumentarem as suas fortunas*

*Perante esta situação, o PCP, nesta casa da Democracia, nesta Assembleia Municipal de Esposende, rejeita este caminho do desastre, apresentado como o único e inevitável. Não, não aceitamos este rumo de declínio e de tragédia para o nosso país. Chegou a hora de dizer basta! Basta antes que seja tarde demais e este Governo dê cabo do resto. Como afirmou Jerónimo de Sousa na Assembleia da República «esta é a hora de confrontar o governo com as negras e brutais consequências das suas opções e das suas políticas», o que aconteceu, através da moção de censura que, como igualmente afirmou Jerónimo de Sousa «dá expressão à inequívoca censura popular que encontramos por todo o país, uma censura contra a política de direita e o Governo que a plica, censura e rejeição do pacto de agressão que afunda o país, censura na busca e exigência de uma nova política, patriótica e de esquerda».*

*Mas esta alternativa de esquerda que o PS teima em rejeitar, quando dá uma no cravo e outra na ferradura, isto é, critica as medidas deste Governo, mas ao mesmo tempo põe-se em cima da parede, mantém-se agarrado com o argumentário da estabilidade política, às medidas e políticas de direita.*

*O PS, como hoje demonstrou com a sua brutal abstenção está a dificultar este caminho, este caminho de alternativa patriótico e de esquerda e por esta via adoptada pelo PS torna-se cada vez mais necessário atingir um caminho sério e certo para o nosso país.”*

Continuando a sua intervenção questionou o senhor Vice-Presidente sobre a reorganização dos agrupamentos de escolas no concelho de Esposende, referindo que leu numa acta de uma reunião da Câmara Municipal que o senhor Vice-Presidente afirmou que a agregação e fusão garante uma maior escala, mais massa crítica e melhores condições, pelo que gostaria de saber em que ancorou esta sua posição relativamente à fusão agregação dos agrupamentos de escolas no concelho de Esposende.

Disse ainda que, sobre as AEC's e o seu funcionamento, existem verbas atribuídas para o seu funcionamento, nomeadamente com as actividades de enriquecimento curricular que, ano após ano, são atribuídas a entidades e instituições do nosso concelho. Continuando, referiu que o senhor Presidente da Câmara Municipal já em tempos lhe apresentou a explicação sobre a matéria em questão mas que, porque não consegue descortinar como são atribuídas as verbas referidas às instituições, irá, em breve, solicitar por escrito ao Município para que lhe seja explicada a situação.

Seguidamente referiu que, recentemente, numa reunião da Associação de Pais das escolas de Fão, foi dito que, em Fão, os alunos do 1.º ciclo apenas tem o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Fão no tempo não lectivo e que a referida instituição estará a receber apoios do Ministério da Educação para o efeito, pelo que gostaria de saber se, efectivamente, esta é a realidade.

Continuando, e referindo-se à intervenção do senhor deputado Maranhão Peixoto, disse que, pese embora, concorde em absoluto com o que foi afirmado, gostaria de lembrar que, o PSD,

numa ligação estreita com o CDS/PP e o PS, votou contra as duas propostas contra a introdução de portagens apresentadas pela CDU na Assembleia da Republica. Disse também haver alguma demagogia na intervenção porque entende ser o PSD uno e não compreende como de um lado se defende as portagens e de um outro é proposto a abolição imediata e afirmando que a situação actual está a ser uma tragédia para as gentes e para o concelho de Esposende.

Seguidamente e em defesa da honra, usou da palavra Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, tendo referido que, uma vez que o seu nome foi citado, gostaria de dizer ao deputado Manuel Carvoeiro que, de facto, esteve empenhado na campanha do PSD neste concelho, que o fez com convicção e que continua convicto que a escolha do povo português foi a mais séria e mais acertada.

Referiu que, porque é livre e, de certa forma descomprometido, gostaria de, com a ajuda do deputado Manuel Carvoeiro, visitar o país onde, as políticas que o deputado Manuel Carvoeiro tanto apregoa nesta tribuna tal como o seu partido, essas práticas estejam a ser executadas e onde se possa viver esse seu estado de alma e ver “in loco” como funcionam. Continuando, sugeriu ao deputado Manuel Carvoeiro que apresentasse, como exemplo, um país onde as políticas que defende são postas em prática e usadas com êxito, pois, como referiu, terá todo o gosto em visitar.

Interveio seguidamente, e em defesa da honra, Manuel Enes, do Grupo Político do PS, tendo referido que sobre a intervenção do deputado Manuel Carvoeiro apenas iria fazer um breve comentário uma vez que, como referiu, este tipo de intervenção não ser uma novidade, mas que apenas queria recordar ao senhor deputado e a propósito do comentário de hoje sobre a moção de censura ao Governo apresentada pelo Partido Comunista que, quem costuma votar ao lado da CDU não é o Partido Socialista mas, efectivamente, a CDU votar ao lado do PSD e do CDS/PP. Até porque, como lembrou, a CDU votou ao lado do PSD e do CDS/PP e, se o actual governo lá está é porque a CDU teve um papel importante e tenha colaborado para que assim seja.

Seguidamente interveio Berta Viana, do Grupo Político do CDS-PP, referindo que, de facto, nada como uma intervenção do querido amigo e companheiro de bancada deputado Manuel Carvoeiro para fazer ressuscitar a vontade de qualquer um dizer qualquer coisa porque, efectivamente, volvidos 37 anos sobre o 25 de Abril, o discurso do Partido Comunista não mudou, contrariamente à intenção de voto, pois verifica que, quanto maior é o discurso menor é a votação.

Continuando referiu que pese embora seja a CDU o Partido menos votado, é aquele que mais tempo tem no domínio das Assembleia Municipais.

Disse não ter paciência nem pejo em pactuar com discursos ofensivos e provocatórios e que a política, a oposição e a defesa do interesse público se faz com trabalho e não com ofensas ao percurso de quem quer que seja.

Disse também que, se o Partido do senhor deputado Manuel Carvoeiro e a sua política fossem melhores, seguramente teriam tido maior votação e o Partido Comunista não tinha quase desaparecido no último acto eleitoral.

Afirmou que, por respeito ao País aos seus eleitores e pelo respeito que a Assembleia Municipal merece, sabendo que o deputado Manuel Carvoeiro tem o direito a intervir, deverá

este respeitar a vontade do povo de Esposende. Disse que muitos lhe deram o direito de intervenção mas não há-de ter sido para ofender as maiorias nem tão pouco para a ofensa serrada que vem fazendo à coligação CDS/PSD.

Continuando, disse que se o CDS/PP e o PSD não podem renunciar à herança deixada por um governo socialista que colocou o País na situação actual e que não serão necessárias gabardinas nem esconder os rostos porque o povo sabe que em 21 anos de governação, 17 anos foram do Partido Socialista que seguiu o caminho do despesismo megalómano.

Referiu que o deputado Manuel Carvoeiro já apresentou vezes sem conta a proposta de abolição das portagens na A28, mas que, não fossem as conotações políticas e ataques que introduz no meio do texto, seguramente que teriam o resultado que, acredita, irá ter a que hoje foi apresentada pelo deputado Maranhão Peixoto.

Seguidamente e em defesa da honra, usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU tendo referido que, sobre a questão colocada pelo deputado Albino Neiva, disse que em todos os debates na televisão ou outros fóruns acontece de um comunista colocar o dedo na ferida e fala das realidades do país, o argumento é sempre o mesmo “diga-nos qual é o país”. Disse que a resposta ao pedido de exemplo sugerido pelo deputado Albino Neiva, afirmou que o país é Portugal. Que é aqui que vivemos e que é neste país onde o Partido Comunista Português actua, aponta um caminho para o seu povo e que lutou pela democracia. E que é também neste concelho que o seu partido aponta rumos, deve ser crítico e resolver os problemas das pessoas.

Seguidamente e sobre a intervenção do deputado Enes de Abreu, disse que a situação referida já foi por diversas vezes desmontada e que a CDU, na altura, votou em coerência e contra políticas do PS que levaram o país ao desastre e à tragédia e, actualmente, as políticas de direita levadas a cabo pelo PSD e pelo CDS/PP são as mesmas iniciadas pelo PS.

Referindo-se à intervenção da deputada Berta Viana disse que, apesar do respeito que lhe merece, a sua intervenção lhe fez lembrar a quando era mais novo e brincava com os seus amigos e ficavam admirados quando viam os cucos, que não se empenhavam a fazer o seu ninho, mas que deixavam os seus ovos nos ninhos dos outros pássaros e que depois eram esses mesmos pássaros que tratavam dos ovos até nascerem os passarinhos. Disse que esta abordagem serviu para mostrar à deputada Berta Viana que, não se lembrar que a mesa desta Assembleia a tivesse interpelado porque estava a esgotar o seu tempo pelo que a aconselha a utilizar a totalidade do seu tempo para intervir. Questionou seguidamente sobre quantas intervenções têm sido feitas pelos elementos da bancada do CDS/PP na Assembleia Municipal e aconselhou aquela bancada a mostrar o trabalho realizado. Disse ainda que a maioria das intervenções deputada Berta Viana acontecem à boleia das intervenções dos outros.

Seguidamente foram colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, iniciando-se as mesmas pelo voto de pesar apresentado, tendo-se obtido as seguintes votações:

**1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MANUEL PEREIRA DA COSTA, SOGRO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GANDRA.** -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MANUEL PEREIRA DA COSTA, SOGRO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GANDRA. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

**2 – PROPOSTA PARA A ABOLIÇÃO IMEDIATA DAS PORTAGENS NA A28. -----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, REMETER AO SENHOR MINISTRO DA ECONOMIA E DO EMPREGO, A PROPOSTA PARA QUE SEJAM ABOLIDAS IMEDIATAMENTE AS PORTAGENS NA A28. -----

**02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: \_\_\_\_\_**

Interveio o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que se encontrava disponível para responder sobre eventuais assuntos que possam ser colocados pelos senhores deputados.

Usou da palavra o senhor José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende referindo que, sobre as praias, e como algumas são referidas como praias de ouro, gostaria de saber o que aconteceu exactamente à praia de Suave Mar.

Usou novamente da palavra o senhor Vice-Presidente tendo referido que sobre a intervenção do senhor deputado Enes de Abreu, também ele partilha das mesmas preocupações, nomeadamente com as condições de vida da população de Esposende e disse conhecer muito bem o drama da emigração, até porque foi uma realidade que viveu dos sete aos vinte anos de idade quando, na altura o seu pai emigrou. Disse que embora tenha havido um apelo por parte do seu partido à emigração, considera ter sido um apelo infeliz apesar de entender o seu contexto. Disse que a realidade de hoje obriga muita gente a emigrar mas que é importante saber o que está na génese do problema e que, perante o que foi dito, se fica com a ideia que ninguém esteve cá nos últimos anos e que se chegou a esta situação por responsabilidade dos actuais governantes. A verdade é que se estamos nesta situação, se há emigração dos jovens e se há dificuldades generalizadas, devem-se essencialmente à governação do Partido Socialista dos últimos seis anos e que não vale a pena escamotear a verdade. Referiu que como exemplo se lembra de uma famosa intervenção da então Ministra da Educação quando referiu que “tinha sido uma festa, a festa dos alunos, a festa dos professores...” acrescentando que também foi a festa dos empreiteiros e que muita gente ganhou dinheiro com este tipo de políticas irresponsáveis, até porque é inconcebível que, um país como Portugal, tenha nas suas escolas candeeiros do Siza Vieira. Os políticos têm que ter a noção dos custos e a governação tem que ser feita com responsabilidade.

Continuando, referiu que é preciso que cada um saiba assumir as suas responsabilidades e ficava bem ao Partido Socialista assumir que esteve os últimos seis anos no governo e é responsável por essa governação. Ficava bem ao líder do Partido Socialista assumir que não se identifica com o tipo de políticas que foram seguidas até aqui. Não é correcto estarem

permanentemente a atribuírem ao PSD e ao CDS/PP a responsabilidade pela situação actual do país e pela situação que vivem hoje os portugueses. A verdade é que ao fim de seis anos o PS falhou e, após sufrágio, foram substituídos porque os portugueses não acreditavam no projecto do Partido Socialista e é realmente importante ter isto bem presente.

Disse que infelizmente Esposende não escapou à crise e que há muitas limitações, mas tem sido feito um grande esforço financeiro para ter a casa arrumada e que é um orgulho estar na situação do Município de Esposende, que se encontra com as contas consolidadas, na verdadeira acepção da palavra, e com uma perspectiva de futuro muito favorável. Disse ainda que há municípios que neste momento nem conseguem cumprir a Lei dos Compromissos.

Relativamente à questão levantada sobre o Turismo, disse que, tal como nas outras vertentes e projectos, se torna necessário medir bem os investimentos mas que, na verdade, nos últimos anos nunca se fez tanto pelo turismo como neste mandato. Que de facto o dinheiro é pouco mas tem sido rentabilizado e há muitas iniciativas levadas a cabo pela Autarquia que tem chamado muita gente a Esposende.

Sobre a proposta de alteração do PDM, disse que a proposta foi enviada à Comissão de Coordenação e que foi entretanto analisada, mas que é necessária a chamada conferência de serviços, pelo que, agora, serão chamados a ARH, o ISNB e ainda outras entidades. Disse que entretanto a Comissão de Coordenação remeteu a proposta à Câmara Municipal com um conjunto de anotações que, embora não vinculativas, a Autarquia entendeu não haver necessidade de ir contra aquelas orientações, pelo que, está a ser preparada uma nova proposta com pequenos ajustes que darão cumprimento às orientações da Comissão de Coordenação e que entretanto será enviada aquela entidade para validação.

Seguidamente e referindo-se à questão da Revisão do Plano Director Municipal disse que muito tem sido feito na Câmara Municipal e que até ao final do mês de Julho de 2012, o processo e respectiva documentação estarão prontos e entregue na Comissão de Coordenação.

Sobre o Plano de Pormenor, disse que são processos extremamente burocratizado e que demora muitos anos até se conseguirem colocar em prática. Sobre o caso em concreto disse que o mesmo não se transformou numa prioridade porque, como referiu, uma das condições primordiais para o mesmo ser colocado em prática era o acesso à A28 e que, uma vez que o mesmo não foi construído e que, perante essa realidade, não se torna viável.

Sobre a Ponte do Fulão, na Vila de Forjães, referiu que foram apresentadas e analisadas três propostas apresentadas pela Universidade do Minho e que, entretanto a Autarquia escolheu aquele que entendeu ser a mais adequada, pelo que, até ao início do próximo ano lectivo, a intervenção estará concluída de modo a permitir a passagem dos autocarros e assim eliminar o actual constrangimento.

Sobre a intervenção do deputado Manuel Carvoeiro, nomeadamente às questões colocadas, referiu que a reorganização dos agrupamentos de escolas estava prevista ainda na altura do anterior governo. Perante a necessidade do assunto estar concluído o mais rapidamente possível, a Câmara Municipal entendeu ouvir os directores dos cinco agrupamentos de escolas do concelho. Foi apresentada pela Autarquia uma proposta que foi aceite pela maioria dos agrupamentos. Disse ainda que foi pacífica a organização a sul e que, a norte, nomeadamente no agrupamento Terras do Baixo Neiva, havia uma possibilidade de uma agregação intermunicipal com Fragoso mas que, essa agregação, não interessava ao Município de Esposende, até porque havia uma posição da Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Barcelos que dava como garantido que a sede do agrupamento e o secundário iriam ficar em Fragoso. Perante esta posição e porque a proposta não era do interesse do Município de

Esposende foi rejeitada. Continuando, disse que, posteriormente, foi colocada a possibilidade de uma agregação entre o Agrupamento Terras do Baixo Neiva, Marinhas e a Escola Henrique Medina, mas que, após análise da proposta se concluiu que 55% dos alunos iriam ficar sem a verticalização do ensino e isso iria criar um desequilíbrio. Perante a situação, a solução defendida pela Câmara Municipal foi deixar a Escola Secundária Henrique Medina sozinha na certeza que ficou estabelecido um compromisso de que esta escola iria trabalhar no sentido de uma forte ligação entre os outros dois agrupamentos agora criados. Concluindo este assunto, disse que o processo foi decidido por maioria e de uma forma pacífica.

Seguidamente e respondendo à questão colocada pelo senhor José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, referiu que a designação se deve à qualidade da água e a mesma designação já fora usada em 2011. Sobre a praia de Suave Mar e porque o processo de obtenção da designação de grau ouro é bastante rigoroso e porque aquela praia teve, apesar de única, uma avaliação negativa, foi o suficiente para não atingir a designação de grau ouro.

Disse ainda que se eventualmente a análise tivesse sido feita no dia seguinte muito provavelmente não daria aquele resultado e assim já obteria essa categoria, mas como referiu, há efectivamente muito rigor no processo de obtenção daquela designação.

Seguidamente usou da palavra a senhora Vereadora da Educação, referindo que a questão sobre as AEC's colocada pelo deputado Manuel Carvoeiro já fora por diversas vezes explicada mas, para que não hajam equívocos, teria todo o gosto em esclarecer novamente a situação. Disse que o programa é feito através de financiamento e está implementado de uma forma muito rigorosa e séria. Referiu que, todos os anos, é presente, em reunião do Executivo, uma proposta de protocolo que tem a ver exactamente com as substituições. Disse também que há dois tipos de substituição e que, a primeira, é quando um professor das AEC's falta e é substituído por um técnico das IPSS's e a outra situação, que está protocolada com a Associação dos Amigos dos Autistas e o Centro Social da Juventude Unida de Marinhas referente à Unidade Multideficiente de Góios e os valores referidos pelo senhor deputado Manuel Carvoeiro, não são para pagar substituições mas sim porque, na hora das AEC's são os técnicos dessas instituições que efectivamente dão as aulas porque são técnicos especializados e com formação naquelas áreas.

Sobre a questão da Santa Casa da Misericórdia de Fão disse que quando foi feita a transferência da Escola do Ramalhão para o Centro Escolar de Fão a Autarquia solicitou à instituição para denunciar o protocolo com a Segurança Social e isso foi efectivado.

### **03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

#### **03.01 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----**

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

#### **03.02 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2012 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----**

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia trinta de Abril de 2012 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2012.

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os deputados Miguel Moreira, Zélia Fernandes, Maria Adriana e Paulo Torres. -----

**03.03 – ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – XX CONGRESSO – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA E SUBSTITUTO.** -----

Foi presente em sessão ofício da ANMP - Associação Nacional de Município Portugueses onde é solicitado que, a Assembleia Municipal de Esposende promova a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto, também Presidente de Junta, que representará as Juntas de Freguesia do Concelho no referido congresso. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Foram apresentadas duas propostas, uma do Partido Social Democrata, à qual foi atribuída a letra “A”, e na qual se propõe que o representante seja o senhor Mário Ferreira Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Curvos e, como suplente, o senhor Jorge Manuel Neto Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de Palmeira de Faro; e outra do Partido Socialista, à qual foi atribuída a letra “B”, e na qual se propõe que o representante seja o senhor Luís António Sequeira Peixoto, Presidente da Junta de Freguesia de Fão e, como suplente, o senhor José Eduardo de Sousa Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, NOMEAR COMO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO XX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES O SENHOR MÁRIO FERREIRA FERNANDES, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CURVOS E COMO SUPLENTE O SENHOR JORGE MANUEL NETO FILIPE, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PALMEIRA DE FARO, AMBOS APRESENTADOS PELA LISTA “A”, TENDO-SE VERIFICADO OS SEGUINTE RESULTADOS: 26 VOTOS NA LISTA “A”, 7 VOTOS NA LISTA “B” E 1 ABSTENÇÃO. -

**03.04 – POLIS LITORAL NORTE – SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL NORTE, SA – RECONHECIMENTO DA UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL DO ANTEPROJECTO DA ECOVIA DO LITORAL NORTE E PERCURSOS COMPLEMENTARES - PROPOSTA.** -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado

dia 14 de Junho de 2012, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal Declare a Utilidade Pública Municipal do Anteprojecto da Ecovia do Litoral Norte e Percursos Complementares apresentado pela Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR A UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL DO ANTEPROJECTO DA ECOVIA DO LITORAL NORTE E PERCURSOS COMPLEMENTARES, APRESENTADO PELA POLIS LITORAL NORTE - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL NORTE, BEM COMO A SUA LOCALIZAÇÃO. -----

### **03.05 – RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2011 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----**

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 14 de Junho de 2012, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende do ano de 2011. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE REFERENTES ANO DE 2011. -----

Votaram a favor os 21 deputados do Grupo Político do PSD, os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP e os 3 deputados independentes, num total de 27, votaram contra os 6 deputados do Grupo Político do PS e absteve-se o deputado do Grupo Político da CDU. -----

Foi proferida, pelo Grupo Político do PS, a seguinte declaração de voto:

*“Votamos contra pelas mesmas razões já fundamentadas na última Assembleia Municipal de 30 de Abril do ano em curso, aquando da apresentação do Relatório de Gestão Referente ao ano de 2011.” -----*

### **03.06 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----**

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 14 de Junho de 2012, solicita à Assembleia Municipal que aprove a autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A



**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. -----**

Votaram a favor os 21 deputados do Grupo Político do PSD, os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP, os 3 deputados independentes e os senhores Presidentes de Junta de Esposende e Fão, num total de 29 e abstiveram-se 4 deputados dos Grupos Políticos do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 5. -----

**03.07 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2012 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL – 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de Junho de 2012, foi presente na sessão a 2.ª Revisão orçamental aos Documentos Previsionais de 2012 – Orçamento Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal 2012. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REVISÃO ORÇAMENTAL NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. ----

**03.08 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA RELATIVA À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DA EM 550 – RUA DA ANTA – MARINHAS – PROPOSTA. -----**

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal que, de harmonia com a sua deliberação tomada em 21 de Junho de 2012, solicita à Assembleia Municipal que aprove a autorização prévia relativa à adjudicação da empreitada de Requalificação e Infraestruturação da EM 550 – Rua da Anta na freguesia de Marinhas. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS PRECISOS TERMOS QUE FOI APRESENTADA, COM A QUAL SE CONCORDA E, ASSIM, APROVAR A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA RELATIVA À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DA EM 550 – RUA DA ANTA – MARINHAS. -----

**03.09 – CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----**

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal que, de harmonia com a sua deliberação tomada em 14 de Junho de 2012, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Código Regulamentar do Município de Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da

acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto interveio Manuel Enes, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

*“A proposta de Código Regulamentar do Município de Esposende que nos é apresentada constitui, sob o ponto de vista da oportunidade, um momento importante na vida desta Assembleia.*

*Em boa hora, os governos liderados pelo Partido Socialista transpuseram para Portugal a “Directiva de Serviços” da União Europeia e lançaram a iniciativa “Licenciamento Zero” que tem como objectivo principal simplificar a relação dos cidadãos com a administração pública.*

*Quero, por isso, começar por felicitar a Câmara Municipal de Esposende pelo sentido de oportunidade que revelou ao aderir a esta iniciativa e codificar os seus regulamentos com eficácia externa num único documento normativo.*

*No entanto, é preciso que se diga, de forma clara e leal, que se trata de uma oportunidade completamente perdida.*

*Na verdade, em vez de apresentar uma codificação eficiente e moderna, que responda aos desafios que se colocam ao Município, esta Proposta de Código Regulamentar limita-se, na maioria dos casos, a adaptar e transcrever os regulamentos municipais vigentes.*

*Trata-se, por isso, de um mero exercício de forma, vazio de conteúdo, uma vez que quase todas as disposições desta Proposta de Código já foram objecto de ponderação e votação pela Assembleia Municipal de Esposende.*

*Fica claro, que uma vez mais, perante a possibilidade de fazer um bom trabalho, a maioria que governa o Município falhou.*

*Falhou, em primeiro lugar, porque não incluiu na nova regulamentação soluções de tributação municipal que estimulassem a criação de emprego;*

*Falhou, em segundo lugar, porque não incluiu na nova regulamentação soluções de apoio ao acesso a habitação para jovens casais;*

*Falhou, em terceiro lugar, porque não incluiu na nova regulamentação incentivos à adaptação de edifícios às pessoas com mobilidade condicionada;*

*Falhou, em quarto lugar, porque preferiu manter na mais pura discricionária interpretação política a definição do que são empreendimentos de interesse público municipal, o que nos trás à memória tristes páginas do passado, não muito distante, desta Assembleia;*

*Falhou, em quinto lugar, porque prefere manter um sistema de bolsas de estudo ao ensino superior submetido a um regime de trabalho compulsivo.*

*De facto, mais haveria a dizer quanto ao conteúdo desta Proposta de Código Regulamentar, mas a verdade é que não me quero dispersar relativamente ao que me parece essencial.*

*A maioria que governa o Município teve uma oportunidade e, perante essa oportunidade, revelou a sua incapacidade.*

*E nem a tentativa de simular abertura aos contributos dos cidadãos e dos partidos políticos da oposição foi bem sucedida.*

*Onde está a concretização da promessa feita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende que, dirigindo-se a esta Assembleia, no passado mês de Fevereiro, e passo a citar a acta respectiva:*

*“apelou aos senhores deputados para que, se tiverem disponibilidade e se assim o entenderem,*

*façam chegar à Câmara Municipal, no período de discussão pública, as propostas e contributos que entendam ser oportunas, para que, aquando o documento for novamente presente à Câmara Municipal, já contemple esses contributos”?*

*É que, o Partido Socialista apresentou, em tempo oportuno e junto do órgão municipal com competência para alterar a redacção da Proposta de Código Regulamentar, um conjunto de propostas de alteração.*

*Foi, aliás, o único Partido Político que o fez, o que é bem revelador da diferença entre oposição responsável e coerente do PS e a atitude puramente verbalista e inconsequente de outros.*

*Fê-lo, porque é sua obrigação e porque acreditou na palavra e na vontade da maioria aceitar, pelo menos discutir, as propostas do PS.*

*Não colhe o argumento de que o período de discussão pública não acolhe mudanças de substância na redacção das propostas a apreciação.*

*Mas mesmo que assim fosse, as propostas do PS foram entregues nos serviços em 4 de Abril de 2012.*

*Passou, por isso, tempo mais do que suficiente, até para se fazer nova consulta pública, se fosse verdadeira a intenção de contemplar outras propostas.*

*Acresce que, a não resposta a uma participação em discussão pública configura, em si mesmo, uma ilegalidade.*

*O PS agiu de forma responsável e cuidadosa.*

*Analizou e ponderou o documento, muitas vezes numa corrida contra o tempo, tendo em conta as mais de quatrocentas e sessenta páginas deste Projecto de Código e os curtos prazos de disponibilização que foram concedidos à vereação e aos deputados municipais sempre que o assunto foi agendado, quer para submissão a discussão pública, quer para votação final.*

*Fez as suas propostas de alteração em tempo oportuno e esperou, com lealdade institucional, ver as suas propostas submetidas a discussão.*

*Esperou em vão.*

*Esperou por mais uma promessa não cumprida neste Município.*

*Gostaria de deixar bem claro que, independentemente das questões do processo que nos trouxe até aqui, votaremos contra porque este documento é mau, e que portanto este voto, tem o sentido preciso de fazermos uma apreciação negativa quanto às opções políticas vertidas na proposta de Código Regulamentar do Município de Esposende.*

*No entanto, também não poderia deixar de me referir à falta de democraticidade no processo de formação desta Proposta.*

*Não basta proclamar a democracia, é preciso praticá-la. E, como vimos, em Esposende ela continua a ter as cores do chumbo.”*

Seguidamente usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, referindo que irá votar contra a proposta do Código Regulamentar do Município de Esposende, mas que, sem embargo, afirmar que é importante o Município dispor desta codificação, pondo termo a uma dispersão de diplomas regulamentares e que, esta nova situação facilita a relação entre os particulares e a administração. Disse ainda que pese embora concordando com a passagem dos regulamentos para um só documento, não pode deixar de discordar com factores que considera ilegais nomeando o que se encontra vertido no capítulo 5.º do título 3.º, concretamente os artigos D3/49 e D3/50, bem como o artigo D3/55 do capítulo 6.º. Disse ainda que, sem por em

causa o que anteriormente referiu, entende que a Câmara Municipal utilizou esta via para atropelar de alguma forma aquilo o que está plasmado na Constituição, nomeadamente o direito à liberdade de expressão e à propaganda política. Referiu ainda que é conhecido de todos as dificuldades de relacionamento entre o Partido Comunista e a Câmara Municipal sobre a matéria em questão e que o Município teimosamente e de uma forma dissimulada introduz no novo Código Regulamentar as disposições anteriormente referidas. Terminando disse que é seu entendimento que estas disposições não tem valor jurídico, são ilegais e inconstitucionais, pelo que esta proposta não pode colher o voto favorável do PCP.

Colocado o assunto a votação,

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE. -----**

Votaram a favor os 21 deputados do Grupo Político do PSD, os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP e os 3 deputados independentes, num total de 27, votaram contra os 6 deputados do Grupo Político do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 7. -----

Foi proferida, pelo Grupo Político do CDS/PP, a seguinte declaração de voto:

*“O CDS/PP aprova a proposta por entender que este código é um contributo de inegável valor e que deve ser dada a possibilidade de o experimentar colocando-o em prática. Se entendermos futuramente haver necessidade de alterações, o CDS/PP apresentará as suas propostas.”*

A CDU, cujo teor, como referiu Manuel Carvoeiro se remete para a intervenção que foi efectuada no período de discussão do presente assunto. -----

### **03.10 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: \_\_\_\_\_**

Interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, referindo que recebeu um officio do senhor Presidente da Câmara onde era solicitado que, até ao dia 10 de Julho, o Grupo Político da CDU apresentasse uma proposta sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica para o concelho de Esposende ou se é entendimento da CDU que a Assembleia Municipal de Esposende não deve apresentar qualquer proposta deixando assim a decisão à Unidade Técnica nomeada para o efeito. Continuando disse que a CDU não apresentará qualquer proposta e irá, em resposta ao senhor Presidente da Câmara, apresentar os argumentos que levam a CDU a tomar esta posição. Referiu ainda que é entendimento da CDU que também a Assembleia Municipal não deverá apresentar qualquer proposta e deixar assim a decisão à responsabilidade da Unidade Técnica nomeada para o efeito.

### **04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: \_\_\_\_\_**

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o

Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito o senhor Manuel Melo, que usou da palavra nos termos do Regimento. -----

Assim, no uso da palavra, o senhor Manuel Melo referiu que no decorrer desta sessão ouviu várias vezes falar da Lei dos Compromissos e que sai bastante confuso porque, segundo afirmou, os que aprovaram a referida Lei são os mesmos que há um ano atrás falharam e “rasgaram” aquele compromisso porque afirmaram que não iriam subir os impostos e que não retirariam o subsídio de férias e o 13.º mês aos portugueses pelo que a Lei dos Compromissos não deve ser levada muito a sério.

Seguidamente e sobre o transporte escolar no concelho de Esposende disse que gostaria de saber, enquanto pai e encarregado de educação, qual a razão do seu filho, que habita a mil e novecentos metros da escola, não lhe ser atribuído apoio no transporte escolar. Referiu ainda não saber como irá explicar esta situação ao seu filho e a outros encarregados de educação que se encontrem na mesma situação. Continuando, referiu que outros alunos, porque habitam a dois mil metros da escola já lhes é atribuído transporte escolar e que não entende o critério que a Autarquia utiliza.

Seguidamente questionou o senhor Vice-Presidente da Câmara sobre quais as razões que levaram ao falhanço nas negociações entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Apúlia e o proprietário para a aquisição de terrenos para a ampliação do cemitério de Apúlia, porque, como referiu, a ampliação do cemitério é uma das obras mais pertinentes para a freguesia.

Seguidamente usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara referindo que sobre as afirmações do senhor Manuel Melo relativas à Lei dos Compromissos não iria acrescentar qualquer informação porque, previamente, deveria o senhor Manuel Melo saber exactamente o que trata a referida Lei.

Sobre o transporte escolar no concelho de Esposende e a questão colocada, disse ser necessário saber que se trata de uma Lei de 1984 e que obriga o Município a participar no transporte escolar dos alunos que habitem a mais de quatro quilómetros da escola. Referiu que a Câmara Municipal tem vindo, ao longo dos últimos anos, a alargar os apoios e a assumir a despesa com o transporte escolar dos alunos que se encontrem a partir dos dois quilómetros. Disse ainda que é usado uma forma de medição, que já se encontrava implementado no ano anterior, e que consistia na verificação através de um raio onde o ponto central da circunferência era a escola e todas os alunos habitassem dentro dessa área não tinham direito à participação e aqueles alunos que habitassem fora desse raio tinham direito à participação. Continuando, referiu que este ano a Autarquia alterou o sistema de verificação optando pela medição através das vias de acesso e que, desta forma, houveram vários alunos beneficiados. Terminou dizendo que o Município está a apoiar muito para além do que é exigido pela Lei.

Sobre a questão do cemitério de Apúlia disse que o senhor Manuel Melo, enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia de Apúlia, poderá facilmente questionar a Junta de Freguesia de Apúlia sobre o assunto. Referiu ainda que o processo só não avançou porque o proprietário em causa não se encontra disponível para negociar.

Disse também que Câmara Municipal não pode ceder a chantagens e que deve sim pagar o valor real dos terrenos e não valores exorbitantes como aqueles que foram apresentados.

Terminando a intervenção referiu que o problema do cemitério de Apúlia irá ser resolvido através de um processo de expropriação.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE. -----

---Sendo vinte e três horas e trinta minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---

**ACTA**

**N.º 03/2012**

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em  
25 de Junho de 2012